

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS**REQUERIMENTO**

(Do Sr. Henrique Afonso)

Requer a realização de Audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) no Estado do Acre para discutir in loco soluções em relação à situação dos mais de onze mil servidores do Estado do Acre, que se encontram ameaçados de demissão, após declaração do Supremo Tribunal Federal.

Senhor Presidente:

Requeiro nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) no Estado do Acre, para discutir in loco soluções em relação à situação dos mais de onze mil servidores acrianos ameaçados de demissão após declaração do Supremo Tribunal Federal.

JUSTIFICATIVA

Na 3ª feira, dia 15 de maio um assunto tomou conta da mídia nacional e chegou de forma assustadora no Estado do Acre, tanto nos meios profissionais de comunicação, como nas redes sociais, tornando-se um dos principais assuntos discutidos pela população em geral: a possibilidade de demissão dos mais de 11 mil servidores públicos que foram admitidos após a Constituição, de 1988 até 1994. Essa informação foi divulgada pela assessoria

C4B8255741

C4B8255741

de imprensa do Supremo Tribunal Federal (STF), comunicando que este órgão, o qual se constitui na mais alta instância do Poder Judiciário do Brasil, declarou inconstitucional a contratação de 11.554 servidores que foram incorporados ao serviço público sem terem passado por concurso público no Acre.

Este assunto tem tirado o sono de muitos pais e mães de família, que na prática se consideravam trabalhadores efetivos. Mas que depois da declaração do STF estão tomados pela incerteza, envolvidos por um clima de total instabilidade e tensão.

Estamos diante de uma situação muito delicada, pois envolve um terço dos funcionários públicos do Estado do Acre e é algo resultante de um momento histórico onde a realidade do país era bem diferente da atual, muitos desses funcionários não tiveram formação acadêmica e ficariam agora impedidos de concorrer a um certame. Em modalidades como a Polícia Civil, por exemplo, seriam colocados diante de uma disputa desigual, já que os concursos nessa área exigem aptidão física, que necessitam de saúde e força jovem para execução. Muitos destes funcionários já se encontram com a saúde afetada pelos anos a fio em que se dedicaram ao serviço público. Estamos, então, tratando de funcionários que gastaram o vigor de sua juventude trabalhando em prol do nosso Estado, da nossa Nação. Pessoas que estão se dedicando exclusivamente ao serviço público há vinte ou trinta anos. Esses servidores participaram efetivamente da construção de cerca de três décadas da história do nosso Estado, evidenciando-se muitos deles como cidadãos fundamentais nas salas de aula, nos hospitais, nas ocorrências policiais, enfim nas diferentes áreas de atuação que envolvem estes mais de onze mil funcionários. Um número que envolve mais de quatro mil educadores, mais de três mil servidores da saúde e mais de seiscentos servidores da Polícia Civil, segundo dados do site <http://www.oaltoacre.com>.

Este momento é também hora de união entre todos os poderes constituídos na sociedade, de esquecermos as diferenças ideológicas, partidárias e atentarmos para a necessidade de garantir a realização de grandes mobilizações, envolvendo governo, parlamentares, líderes sindicais,

C4B8255741

C4B8255741

trabalhadores e população em geral no intuito de buscar a melhor saída possível para este problema.

Acreditamos que esta Casa tem papel fundamental para reunir subsídios que podem contribuir de forma relevante para o apontamento de soluções em relação a este assunto.

Dessa forma, em face da importância da questão, solicito o apoio dos nobres pares para que esta Audiência Pública seja promovida no Estado do Acre pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias e que sejam convidados a comparecer em data e local a ser agendado, o Vice-Presidente da Assembleia Legislativa do Acre, Deputado Moisés Diniz Lima, a Presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) Senhora Rosana Nascimento, o Procurador Geral do Estado do Acre, Dr. Rodrigo Fernandes das Neves, o Coordenador da Bancada Federal do Acre, Senador Sérgio Petecão e o Secretário Estadual de Direitos Humanos do Acre, Senhor Nilson Mourão Leite, para discutir a respeito da questão supracitada.

Na certeza da costumeira atenção de V. Ex.^a, aguardamos juntamente com os mais de onze mil servidores acrianos e suas famílias, que se encontram nesta situação de ansiedade e incerteza, pela resposta positiva dessa Comissão.

Sala das Sessões, em

de 2013.

Deputado HENRIQUE AFONSO

C4B8255741

C4B8255741